

## FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO NORTE - FECAMRN

### INSTRUÇÃO NORMATIVA CPGCP N.º 003/2023, DE 19 DE ABRIL DE 2023

Dispõe sobre a indicação e designação do gestor e Fiscais de contratos, bem como suas atividades na Execução dos Contratos nos procedimentos administrativos que deverão ser adotados para aplicação da nova Lei de Licitações (14.133/2021), de acordo com o estabelecido na Resolução 002, de 30 de março de 2023.

**A COMISSÃO PERMANENTE DE GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ**, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 30, da Resolução n.º 002, de 30 de março de 2023, e tendo em vista o disposto na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e,

CONSIDERANDO os termos dos artigos 14 e 15 da Resolução n.º 002, de 30 de março de 2023, que estabelece as atividades de gestão e fiscalização da execução contratual que tem por objetivo aferir o cumprimento do estabelecido na Lei n.º 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º. Compete ao presidente desta Casa Legislativa designar o gestor de contrato, bem como seu substituto, por meio de Portaria a ser publicada no Diário Oficial da FECAM/RN, observando-se os requisitos estabelecidos pelo art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 2º. A indicação dos fiscais de contrato caberá aos setores requisitantes dos serviços e/ou materiais, no ato da elaboração do Documento de Formalização da Demanda (DFD), os quais deverão ser acompanhados da ciência expressa do fiscal sobre a sua indicação e suas respectivas atribuições no exercício de suas funções.

Parágrafo Primeiro. Caberá ao Diretor Geral desta Casa de Leis, em memorando próprio, endossar a indicação do fiscal de contrato, incumbindo ao presidente autorizar sua designação.

Parágrafo Segundo. É vedada a designação do fiscal de contrato sem a comprovação de sua ciência expressa.

Parágrafo Terceiro. Excepcionalmente, as funções de gestor e fiscal poderão recair sobre a mesma pessoa, desde que devidamente justificado pelo Diretor Geral desta Casa Legislativa e que não haja prejuízo ao acompanhamento da execução contratual.

Parágrafo Quarto. Nos termos do artigo 16, da Resolução 002/2023, será facultada a contratação de terceiros para assistir ou subsidiar as atividades de fiscalização do representante da Administração, observando-se as seguintes regras:

I - A empresa ou o profissional contratado nos termos do caput assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;

II - A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade do fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

Art. 3º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Mossoró/RN, 19 de abril de 2023.

Rita Dayna Praxedes dos Santos Ferreira  
**Coordenadora**

Francimar Honorato dos Santos  
**Membro**

Carlyle Augusto Negreiros Costa  
**Membro**

Ana Karina da Silva Freire Nóbrega  
**Membro**

Francisco das Chagas de Farias  
**Membro**

**Publicado por:** COMISSÃO DE GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ  
**Código Identificador:** 50848048